

# Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Com 2 meses, greve da Receita afeta consumidores, empresas e governo ..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sindicatos afirmam que governo rompeu acordo; ministério nega ..... 4

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Denúncia aponta ação de PRF e ministério para impedir votos em Lula ..... 5

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com a Reforma Tributária, como os contribuintes vão pagar o IVA? (Visão do Direito)  
..... 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Inflação e dólar sob influência da política ..... 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL  
ECONOMIA

"Amazônia está próxima do ponto de não retorno" ..... 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Golpe teria sido tragédia econômica - ALVARO GRIBEL ..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

FGV Ibre projeta PIB mais fraco e puxado por agro em 2025 ..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
ECONOMIA

Senado aprova liberação de "restos a pagar" de 2019 ..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Ibovespa poderia subir 45% com virada na política, diz Santander ..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Fed aguarda mais progresso da inflação , mostra ata ..... 22

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS  
POLÍTICA

Denúncia contra Bolsonaro adia reforma ministerial de Lula ..... 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IA: eficiência e agilidade - VISÃO DO DIREITO ..... 24

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CID: BOLSONARO RECEBEU US\$ 78 MIL DE VENDA DE JOIAS ..... 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Consignado privado vai sair sem teto para taxa de juros..... 27

# Com 2 meses, greve da Receita afeta consumidores, empresas e governo

## MÁRCIA DE CHIARA

Dois meses e meio de greve e operação tartaruga dos analistas tributários e dos auditores da **Receita Federal** e do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**), órgão do Ministério da Fazenda, para reivindicar reajuste salarial provocam estragos para consumidores, empresas e na arrecadação.

Não são só as "blusinhas" importadas que estão com as entregas atrasadas. Indústrias de todos os portes reclamam da falta de componentes e até a arrecadação pode sofrer um revés, num momento em que governo busca recursos para aliviar o déficit fiscal.

Cerca de 75 mil remessas expressas de importação e exportação estão paradas nos terminais alfandegários, segundo estimativas das empresas do setor, relatadas pelo presidente da Frente Parlamentar de Livre Mercado (FPLM), o deputado federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP).

Hoje, o tempo de liberação nas aduanas é de 14 dias, para cargas normais, e de sete dias para cargas expressas. Antes da paralisação, gastavam-se de dois a cinco dias para a liberação, segundo Dão Real, presidente do Sindifisco, que representa os auditores fiscais.

Por causa da paralisação, 1.120 processos tributários deixaram de ser pautados para julgamento no **Carf** em janeiro.

Isso pode representar uma perda na arrecadação potencial do governo de R\$ 51 bilhões, caso a decisão seja favorável à Receita. "Se nada mudar, em fevereiro a Receita deve deixar de julgar processos cuja arrecadação potencial é de quase R\$ 94 bilhões", prevê o presidente do Sindifisco.

Tanto as indústrias que importam componentes quanto as que exportam produtos acabados são afetadas, segundo Helcio Honda, diretor jurídico do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), que representa 8 mil indústrias do Estado.

Ele conta que recebe relatos de indústrias de todos os portes. Elas estão reduzindo o ritmo de produção por falta de componentes importados retidos na alfândega desde o fim do ano passado. "Essa situação vai

chegar ao bolso do contribuinte, porque tudo é custo e alguém repassa (para o preço)", diz Honda.

**SALÁRIOS.** A paralisação e a operação-padrão que envolve cerca de 7 mil auditores fiscais e 6,5 mil analistas tributários em todo o País começaram no dia 26 de novembro de 2024. O motivo do protesto é a alegada defasagem salarial de 27,46% acumulada entre janeiro de 2019 e dezembro de 2024, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Hoje, o piso salarial de um analista tributário é R\$ 13 mil mensais. No caso de um auditor fiscal, o salário-base é de R\$ 20 mil

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Sindicatos afirmam que governo rompeu acordo; ministério nega

**MÁRCIA DE CHIARA**

Os sindicatos que representam os auditores fiscais (Sindifisco) e os analistas tributários (Sindireceita) afirmam que o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), órgão responsável pela gestão do funcionalismo, descumpriu um acordo com a categoria.

O compromisso fechado com o MGI era de que até julho do ano passado seriam abertas negociações para reajustar os salários dos auditores fiscais e dos analistas tributários. "O governo abriu negociações e fechou acordos com várias categorias do funcionalismo público, mas a nossa carreira ficou sem negociação", disse o presidente do Sindireceita, Thales Freitas.

O motivo da divergência, segundo o presidente do Sindifisco, Dão Real, é que o MGI, apesar de ter assinado o compromisso de negociação do reajuste do salário fixo, mudou de entendimento.

Em janeiro do ano passado, as duas categorias (analista tributário e auditor fiscal) conseguiram a implementação do pagamento de um bônus de eficiência e produtividade nos rendimentos, acordado em 2016 e que não havia sido cumprido.

"Assinamos esse acordo em janeiro de 2024, regulamentamos o bônus de eficiência e, desde o início o MGI entendeu que aquela regulamentação se restringia ao bônus de eficiência, não ao vencimento básico, que representa 90% da remuneração. Tanto é que fez um novo acordo para abrir uma nova mesa de negociação a partir de julho", afirmou Real.

No entanto, diz o presidente do Sindifisco, o MGI passou a interpretar que não caberia mais nenhuma negociação porque a resolução do bônus, que é a parcela variável dos rendimentos, resolveria todos os problemas dos auditores fiscais.

"O MGI está descumprindo unilateralmente o compromisso firmado", disse Real. Segundo o presidente do Sindireceita, a decisão do MGI é muito grave.

"O governo assinou compromisso de que abriria mesa de negociação até julho de 2024 e não sentou para

negociar", afirmou Freitas.

RESPOSTA. O MGI informou, por nota, que "o acordo com as entidades representativas dos auditores fiscais da **Receita Federal** foi fechado em fevereiro de 2024, em uma mesa específica e temporária de negociação que tratou da regulamentação do bônus, com impacto financeiro para os servidores já em 2024 e pactuado até 2026".

O MGI disse ainda que "permaneceu dialogando com o Sindireceita e o Sindifisco Nacional, que foram recebidos em mais quatro ocasiões pelo MGI, entre agosto e novembro de 2024, mas tendo em vista que já houve acordo em 2024, não há previsão de novas negociações com a categoria".

Já a **Receita Federal** informou que não iria comentar.

O diretor jurídico do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), Helcio Honda, disse que a entidade enviou nota ao governo, alertando sobre os desdobramentos da paralisação. "O governo tem de resolver esse problema, tem de abrir um canal de negociação", afirmou o dirigente da indústria. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Denúncia aponta ação de PRF e ministério para impedir votos em Lula



Foco no Nordeste. Blitz da PRF em Serra Talhada, cidade de Pernambuco, no segundo turno de 2022: ação seria direcionada

IVAN MARTÍNEZ-VARGAS

## ATAQUE À DEMOCRACIA

A denúncia apresentada anteontem pela Procuradoria-Geral da República (PGR) esmiuçando a trama golpista detalha uma estratégia coordenada entre a cúpula do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e a direção da Polícia Rodoviária Federal (PRF) no governo Bolsonaro para dificultar o voto de eleitores em municípios nos quais Lula era favorito no segundo turno das eleições de 2022, em especial na região Nordeste. Depoimentos de funcionários públicos e agentes, além de mensagens de autoridades em grupos de Whatsapp, estão entre as provas de que a ação ilegal conjunta foi articulada com aval do então ministro da Justiça, Anderson Torres, um dos 34 denunciados pela PGR.

Também foram incluídos na denúncia a delegada da Polícia Federal (PF) Marília Ferreira Alencar, diretora de Inteligência da pasta na gestão de Torres; o então diretor de Operações do ministério, Fernando de Sousa de Oliveira; e o ex-diretor-geral da PRF Silvinei Vasques. Eles não constavam no relatório da PF apresentado em novembro de 2024. A Procuradoria acusa o grupo pelos crimes de organização criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado.

Segundo a denúncia, Marília pediu a elaboração de um projeto de Business Intelligence (ferramenta de análise de dados) voltado aos resultados eleitorais. "O objetivo era coletar informações sobre os locais onde Lula da Silva havia obtido uma votação expressiva e

onde Bolsonaro havia sido derrotado", destaca o documento.

Após o primeiro turno, a delegada teria ordenado ao analista Clebson Ferreira de Paula Vieira que coletasse dados de municípios onde Lula obteve mais de 75% dos votos válidos. Ao depor, Clebson

narrou que seu chefe imediato na PRF, Tomaz Viana, determinou que "o painel que estava publicado no ambiente do MJSP fosse retirado e colocado "offline". De acordo com o analista, "a PRF agiu no dia das eleições com base nos Bis do declarante (Vieira), tanto para saber onde estava o efetivo quanto para saber para onde direcionar o efetivo".

"MENOS 25 MIL VOTOS NO 9"

A PGR cita ainda que a polícia achou no celular de Fernando Oliveira mensagens que reforçam o direcionamento político da ação. Ele e Marília integravam um grupo de Whatsapp chamado "EM OFF", no qual tratavam dos relatórios.

Em 13 de outubro de 2022, por exemplo, Marília enviou as seguintes mensagens: "Belford Roxo o prefeito é vermelho, precisa reforçar PF" e "menos 25.000 votos no 9". O conteúdo faria alusão ao favoritismo de Lula no município da Baixada Fluminense.

Em seguida, Marília pergunta a Fernando qual seria o a presença de Torres e Silvinei e das cúpulas da PRF e da PF. O objetivo seria "tratar do policiamento direcionado, a ser posto em execução quando do segundo turno" da eleição.

Depoimentos de três policiais rodoviários federais indicara que, durante a reunião, Vasques "disse que era hora de escolherem um lado" na disputa eleitoral. O relato foi antecipado pela coluna de Malu Gaspar, do GLOBO.

Mensagens do grupo "EM OFF" corroboram o tom do encontro, conforme consta na denúncia. "Achei que o 01 (Torres) falou bem ontem na reunião", escreveu Marília, ao que Fernando teria respondido: "Falou bem demais, isento". Marília, então, arrematou: "Isento porra nenhuma", "meteu logo um 22", citando o número de Bolsonaro na uma para aludir a um

possível favorecimento ao ex-presidente por parte de Anderson Torres. próximo passo. Ele, então, responde: "52 x 48 são 5 milhões de votos para virar". Na sequência, Marília frisa que o ministro Anderson Torres tinha pressa e que "Leo (Garrido, coordenador de operações na PF) disse que só vai fazer a Bahia", em possível referência a um policiamento direcionado no estado do Nordeste.

"Está claro o desvio de finalidade das ações policiais do grupo, orientadas ao propósito comum dos integrantes da organização criminosa de impedir, também mediante o emprego de atitudes de força, que o candidato agora denunciado (Bolsonaro) fosse afastado do poder", destaca a denúncia.

A PGR também afirma que as "diretrizes manifestamente ilícitas" do grupo foram acolhidas pelo então diretor-geral da PRF, Silvinei Vasques, "que direcionou os recursos" do órgão para "o objetivo de inviabilizar ilicitamente que Jair Bolsonaro perdesse o poder".

As investigações revelaram ainda que houve uma reunião em 19 de outubro de 2022, a 11 dias do segundo turno, com

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Com a Reforma Tributária, como os contribuintes vão pagar o IVA? (Visão do Direito)

## Opinião +

Gustavo Scandelari\*

A princípio, o IVA brasileiro poderá ser o mais alto do mundo. Apesar de ainda não se saber exatamente qual será sua alíquota, que deverá ser definida por resolução do Senado Federal, economistas e especialistas estimam que ficará em torno de 28%. Esse percentual supera as maiores alíquotas atualmente praticadas em países, como Hungria (27%) e Dinamarca, Noruega e Suécia (25%).

É importante destacar que o texto da reforma aprovada prevê uma avaliação quinquenal da eficiência, eficácia e efetividade do IBS e da CBS, com foco em políticas sociais, ambientais e de desenvolvimento econômico. Nesse contexto, está estabelecida uma trava de segurança para a alíquota padrão de 26,5%. Caso, em 2031, a alíquota exceda esse limite, o Congresso Nacional deverá apresentar um projeto de lei complementar com medidas para reduzi-la a um patamar igual ou inferior a 26,5%, por exemplo, a diminuição de benefícios fiscais.

Outro ponto que merece atenção é que a alta alíquota do IVA não decorre diretamente da **Reforma Tributária**, mas reflete a já elevada carga tributária sobre bens e serviços no Brasil. Atualmente, essa tributação está fragmentada em diversos **impostos** e contribuições, o que dificulta a percepção do impacto total pelos contribuintes.

Quanto à implementação da cobrança, destaca-se que a sanção presidencial ocorrida em 16/01 é apenas o primeiro passo da regulamentação. A incidência do IBS e da CBS ocorrerá de forma gradativa a partir de 2026, em um regime de transição, com a implementação integral do novo sistema prevista para 2033.

No que se refere à apuração do IVA dual (IBS e CBS), os contribuintes (sujeitos passivos) continuarão responsáveis por calcular e recolher mensalmente os **tributos**. Uma inovação da reforma é a possibilidade de antecipação dos **tributos** por meio do Split Payment no momento da liquidação financeira de uma

operação de pagamento.

O Sistema prevê três modalidades (1- Padrão: automática pelas instituições operadoras de sistemas de pagamentos e serviços de pagamentos eletrônicos; 2- Simplificada: destinada a adquirentes não contribuintes do IBS/CBS; e 3- Manual: para pagamentos fora do sistema financeiro, como aqueles realizados em dinheiro ou cheque).

A implementação do Split Payment será gradual, conforme estipulado no texto aprovado. Além disso, prevê-se que o Poder Executivo da União e o Comitê Gestor do IBS deverão aprovar um orçamento para o desenvolvimento, implementação, operação e manutenção do sistema.

Advogado criminalista, doutor em direito e especialista em direito penal e criminologia\*

Gustavo Scandelari\*

A princípio, o IVA brasileiro poderá ser o mais alto do mundo. Apesar de ainda não se saber exatamente qual será sua alíquota, que deverá ser definida por resolução do Senado Federal, economistas e especialistas estimam que ficará em torno de 28%. Esse percentual supera as maiores alíquotas atualmente praticadas em países, como Hungria (27%) e Dinamarca, Noruega e Suécia (25%).

É importante destacar que o texto da reforma aprovada prevê uma avaliação quinquenal da eficiência, eficácia e efetividade do IBS e da CBS, com foco em políticas sociais, ambientais e de desenvolvimento econômico. Nesse contexto, está estabelecida uma trava de segurança para a alíquota padrão de 26,5%. Caso, em 2031, a alíquota exceda esse limite, o Congresso Nacional deverá apresentar um projeto de lei complementar com medidas para reduzi-la a um patamar igual ou inferior a 26,5%, por exemplo, a diminuição de benefícios fiscais.

Outro ponto que merece atenção é que a alta alíquota do IVA não decorre diretamente da **Reforma Tributária**, mas reflete a já elevada carga tributária sobre bens e serviços no Brasil. Atualmente, essa

tributação está fragmentada em diversos **impostos** e contribuições, o que dificulta a percepção do impacto total pelos contribuintes.

Quanto à implementação da cobrança, destaca-se que a sanção presidencial ocorrida em 16/01 é apenas o primeiro passo da regulamentação. A incidência do IBS e da CBS ocorrerá de forma gradativa a partir de 2026, em um regime de transição, com a implementação integral do novo sistema prevista para 2033.

No que se refere à apuração do IVA dual (IBS e CBS), os contribuintes (sujeitos passivos) continuarão responsáveis por calcular e recolher mensalmente os **tributos**. Uma inovação da reforma é a possibilidade de antecipação dos **tributos** por meio do Split Payment no momento da liquidação financeira de uma operação de pagamento.

O Sistema prevê três modalidades (1- Padrão: automática pelas instituições operadoras de sistemas de pagamentos e serviços de pagamentos eletrônicos; 2- Simplificada: destinada a adquirentes não contribuintes do IBS/CBS; e 3- Manual: para pagamentos fora do sistema financeiro, como aqueles realizados em dinheiro ou cheque).

A implementação do Split Payment será gradual, conforme estipulado no texto aprovado. Além disso, prevê-se que o Poder Executivo da União e o Comitê Gestor do IBS deverão aprovar um orçamento para o desenvolvimento, implementação, operação e manutenção do sistema.

Advogado criminalista, doutor em direito e especialista em direito penal e criminologia\*

**Site: <https://www.correiobraziliense.com.br/direito-e-justica/2025/02/7063424-com-a-reforma-tributaria-como-os-contribuintes-vao-pagar-o-iva.html>**

# Inflação e dólar sob influência da política

**RAFAELA GONÇALVES**

A queda na popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e as denúncias contra o ex-presidente Jair Bolsonaro configuram um cenário de incerteza política que pode ter impacto direto no mercado financeiro. Analistas avaliam que essa conjuntura pode acabar pressionando ainda mais a **inflação** no país, e consequentemente os juros. Além disso, é esperada uma maior volatilidade no câmbio e na Bolsa.

A mais recente pesquisa realizada pelo Datafolha, divulgada na última sexta-feira, aponta que só 24% dos eleitores brasileiros aprovam o governo Lula, enquanto 41% reprovam a gestão.

Esse é o pior nível de aprovação em todos os três mandatos do petista como presidente, e a reprovação também é recorde.

Dos entrevistados, 32% avaliam o governo como regular, e 2% não souberam ou não responderam.

A **inflação** de alimentos, sobretudo dos itens de primeira necessidade, é a protagonista de um início de ano desafiador para o governo. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o grupo alimentação e bebidas subiu 0,96% só no mês de janeiro, representando assim impacto de 0,21 ponto porcentual na **inflação** do mês.

"O ponto é que atualmente, mediante falas equivocadas e decisões, digamos, não bem tomadas, a credibilidade do governo Lula está abalada", destaca o educador financeiro João Victorino. "É óbvio que o aumento do dólar piora toda a situação de perda de poder de compra para a população, onde os juros e taxas estão altas. Esse cenário aumenta a **inflação** e o povo acaba sendo o maior prejudicado, tendo que lidar com preços exorbitantes em áreas tão essenciais como a alimentação", complementou.

A polarização política também ganhou uma variável com a recente denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro no inquérito que investiga a tentativa de golpe de Estado. "A queda na popularidade do presidente Lula, somada às denúncias contra Bolsonaro e sua inelegibilidade, adiciona um fator de incerteza relevante ao cenário político e econômico brasileiro", destaca Pedro Ros, CEO da Referência Capital.

Segundo ele, essa combinação adiciona um fator de

incerteza relevante ao cenário político e econômico brasileiro. "O mercado precifica com antecedência os riscos políticos, e essa instabilidade pode gerar volatilidade cambial, ajustes nas taxas de juros e mudanças na percepção de risco sobre o Brasil", alerta.

No curto prazo, Ros avalia que a indefinição política pode levar a um comportamento mais conservador do setor produtivo, reduzindo investimentos e retardando decisões estratégicas. "No entanto, um ambiente de maior previsibilidade fiscal e política, independentemente do vencedor, será determinante para o crescimento econômico sustentável", diz De acordo com Carlos Braga Monteiro, CEO do Grupo Studio, as duas situações podem ter impacto no mercado, já que a redução do apoio popular dificulta a articulação política do governo, afetando a aprovação de reformas e políticas econômicas. A ausência de Bolsonaro no cenário eleitoral de 2026, por sua vez, pode fragmentar a base conservadora aumentando a volatilidade eleitoral.

"Esse contexto gera cautela nos investidores, refletindo-se em oscilações cambiais e prêmios de risco elevados", avalia.

Populismo x fiscal

Para Volnei Eyng, CEO da gestora Multiplike, a queda na popularidade do presidente Lula pode dar espaço a um aumento de medidas populistas para tentar reverter esse cenário, que podem resultar em um "desajuste fiscal mais significativo".

"No curto prazo, é possível que a economia apresente um desempenho positivo, com o **PIB** (Produto Interno Bruto) de 2026 projetado para crescer cerca de 2%, o que não é um resultado ruim. Além disso, no começo do ano, parece que a **inflação** começou a ser controlada, e os últimos dados indicam uma contração econômica", destaca. "No entanto, a queda na popularidade de Lula pode levar a uma série de medidas populistas que priorizem o curto-prazismo, em detrimento da responsabilidade fiscal", pondera.

A nova denúncia contra Bolsonaro, somada à sua inelegibilidade até 2030 e à queda de popularidade de Lula, redefine o cenário político para 2026, afirma Paulo Merotti, sócio da Equus Capital. "Cresce a incerteza sobre a continuidade da tradicional polarização política dos últimos anos, abrindo espaço para novos atores e protagonistas do cenário político

nacional", projeta. "Nos mercados, a instabilidade política tem aumentado a volatilidade no câmbio e na bolsa, com o real atingindo mínimas históricas diante do dólar, apesar da tímida recuperação nas últimas semanas", acrescenta.

\*\*

Dólar volta a ficar acima de R\$ 5,70

Em um dia de agenda econômica esvaziada, o dólar voltou ao patamar acima dos R\$5,70, em meio a imposição de novas tarifas sobre importações pelos Estados Unidos. (Leia mais na página 8) Após registrar na véspera a menor cotação de encerramento do ano, a divisa norte-americana encerrou a quarta-feira com uma alta de 0,65%, cotada a R\$5,7258.

Na terça-feira, a moeda havia fechado em R\$ 5,69, menor valor desde 7 de novembro de 2024. Sem grandes repercussões sobre o cenário doméstico, o Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) encerrou o pregão em queda de 0,95%, aos 127.309 pontos.

Segundo o economista Fabrício Silvestre, da Levante Corp, a questão tarifária tem impactado no comportamento da moeda.

"Todas essas medidas tendem a fortalecer um pouco o dólar em relação a outras moedas, em especial moedas emergentes, principalmente econômicas, impactadas por essas tarifas", avaliou Silvestre.

Os investidores repercutiram ainda a divulgação da ata da última reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC, na sigla em inglês) do Federal Reserve (Fed), realizada em janeiro.

A autoridade monetária revelou um tom mais conservador e demonstrou preocupação com a política tarifária de Trump.

Os membros do colegiado decidiram, por unanimidade, manter os juros inalterados e destacaram as incertezas geradas pelas políticas comerciais e migratórias do governo como fatores de pressão inflacionária.

Investimentos

Esse cenário na economia norte-americana tem potencial para afetar o Brasil. "A ata do FOMC indica uma postura cautelosa do Fed, com a manutenção dos juros entre 4,25% e 4,50% devido aos riscos inflacionários, especialmente pelos efeitos das tarifas comerciais.

Para o Brasil, isso deve manter o dólar forte, aumentar a volatilidade cambial e dificultar a atração de investimentos estrangeiros, afetando o mercado de crédito e a recuperação econômica", destacou André Matos, CEO da MA7 negócios. Entre analistas do mercado, há expectativa de uma atuação do Banco Central para reverter esse efeitos negativos na economia.

Para Rodrigo Moliterno, head de renda variável da Veedha Investimentos, a queda acentuada do Ibovespa também faz parte de um movimento de realização, após altas recentes.

"Fomos na contramão dos mercados, depois de alguns dias de forte alta, então a gente pode entender assim como um dia de realização em virtude do forte movimento que tivemos", comentou.

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7008/20-02-2025.html?all=1>

# "Amazônia está próxima do ponto de não retorno"

**VANILSON OLIVEIRA**

Entrevista | CARLOS NOBRE | CIENTISTA CLIMÁTICO

A Amazônia está perto de um ponto no qual não consiga mais se regenerar e, se esse limite for ultrapassado, aproximadamente 70% da floresta pode se degradar irreversivelmente nas próximas décadas. A advertência é de Carlos Nobre, cientista climático, membro da Academia Brasileira de Ciências, da Academia Global de Ciências e membro estrangeiro da Academia de Ciências dos Estados Unidos e da Royal Society da Grã-Bretanha. E um dos fatores que pode levar à degradação da floresta - além do desmatamento e da mineração - é a insistência na exploração de combustíveis fósseis, que acelera o aquecimento global. Esse é um tema a ser debatido na COP 30, em Belém, em novembro, que não apenas coloca o Brasil como condutor das discussões, mas, também, aumenta a pressão sobre as pretensões do país para que a cúpula dê certo. A seguir, os principais pontos da entrevista.

O Brasil sediará a COP 30. Qual é o impacto político dessa escolha para o país e que mensagem isso passa à comunidade internacional?

É muito importante essa escolha e a liderança que o Brasil deve assumir. Foi muito inspirador quando o presidente Lula, ainda presidente eleito, anunciou na COP 27, no Egito, a proposta de sediar a COP 30, em Belém. As Nações Unidas aprovaram essa candidatura no ano passado, o que tem um significado enorme.

Lembre-se de que, em 1992, ocorreu a Rio 92, uma das conferências mais importantes das Nações Unidas, que trouxe à tona os riscos ambientais que o planeta enfrentava. Foi ali que surgiram as COPs sobre mudanças climáticas, biodiversidade, desertificação e proteção dos oceanos e rios. Agora, 33 anos depois, o Brasil lidera pela primeira vez uma COP em um momento de emergência climática.

A escolha de Belém também foi acertada porque representa a interseção entre a crise climática e a preservação da biodiversidade.

O senhor acredita que o governo está adotando uma

abordagem consistente para liderar as negociações climáticas globais ou ainda há contradições entre discurso e prática?

Está adotando, em quase todos os setores, posições, políticas e implementações muito positivas para liderar essas negociações. Se olharmos as 29 COPs realizadas até hoje, as mais significativas foram a 21, em 2015, em Paris, onde foi assinado o Acordo de Paris, e a 26, em 2021, em Glasgow (Escócia), que reforçou o compromisso global de limitar o aquecimento a 1,5°C. O Brasil está tomando medidas importantes, como acelerar a redução do desmatamento, que é responsável por 70% a 80% das emissões brasileiras. A grande inconsistência na política ambiental brasileira está no fato de o país ainda defender novas explorações de combustíveis fósseis, como a prospecção de petróleo na Margem Equatorial, no Amapá. Isso é problemático porque, segundo a ciência, atingimos 1,5°C de aquecimento e precisamos zerar as emissões muito antes de 2050. Portanto, essa política vai contra os compromissos climáticos globais e prejudica a liderança do Brasil.

O presidente Lula tem buscado equilibrar compromissos ambientais com políticas de desenvolvimento.

É possível conciliar crescimento econômico com preservação ambiental sem comprometer metas climáticas?

Atualmente, os produtos da biodiversidade representam apenas 0,3% a 0,4% do PIB brasileiro, enquanto a carne bovina corresponde a 6%. O Brasil pode investir fortemente na neointustrialização sustentável, utilizando energias renováveis, inteligência artificial e inovação tecnológica para tornar a economia mais competitiva. A transição para um modelo de agricultura e pecuária regenerativa também é fundamental, pois essas práticas são mais produtivas, mais lucrativas e mais resilientes aos eventos climáticos extremos. Portanto, sim, é possível crescer economicamente e, ao mesmo tempo, reduzir o impacto ambiental.

A exploração de petróleo na Foz do Amazonas tem sido um tema polêmico.

Qual a sua opinião sobre a insistência do governo

nesse projeto e como isso pode afetar a imagem do Brasil na COP 30?

Não podemos abrir novas explorações de combustíveis fósseis. A ciência mostrou que, se continuarmos a explorar todas as minas de carvão, poços de petróleo e reservas de gás natural existentes, estaremos emitindo 40% dos gases de efeito estufa em 2050. Isso significa que novas explorações de petróleo são incompatíveis com a meta de limitar o aquecimento global. O correto seria parar rapidamente de explorar o que já existe e acelerar a transição para energias renováveis.

Os países desenvolvidos ainda não cumpriram a promessa de contribuir com US\$ 100 bilhões anuais para ações climáticas em nações emergentes.

O Brasil deveria pressionar mais por esses recursos? Como?

Os países desenvolvidos prometeram, na COP 16, em 2010, a criação de um fundo de US\$ 100 bilhões anuais, a partir de 2020, para ajudar os países em desenvolvimento a reduzir emissões e se adaptar às mudanças climáticas. No entanto, esse compromisso não foi cumprido integralmente e, quando há repasses, grande parte vem em forma de empréstimos. Na COP 29, um estudo mostrou que, entre 2026 e 2035, os países em desenvolvimento precisarão de US\$ 1,3 trilhão por ano, sendo cerca de US\$ 500 bilhões para adaptação climática e US\$ 800 bilhões para a transição energética.

Mesmo diante dessa necessidade, os países ricos só concordaram com US\$ 300 bilhões anuais. Além disso, a recente saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris compromete mais esse financiamento, já que os EUA eram responsáveis por cerca de US\$ 13 bilhões desse fundo.

O Fundo Amazônia tem sido suficiente para conter o desmatamento? A política ambiental brasileira está no caminho certo ou são necessárias medidas mais rígidas?

O Fundo Amazônia é uma iniciativa fundamental e teve um impacto positivo desde que foi reativado pelo atual governo. Países como Noruega e Alemanha foram os principais doadores, com a Noruega destinando US\$ 1 bilhão e a Alemanha, US\$ 200 milhões. Isso foi conquistado depois que o governo Lula reassumiu, pois o governo anterior praticamente fechou o fundo. O governo lançou, recentemente, o projeto Arco da Restauração, que prevê a recuperação de 24 milhões de hectares na Amazônia até 2050, sendo 6 milhões de hectares até 2030. Essa iniciativa foi estimada em US\$ 40 bilhões, mas os primeiros

repasses do Fundo Amazônia foram de apenas US\$ 100 milhões para comunidades indígenas e quilombolas realizarem restauração florestal.

A geopolítica global está cada vez mais influenciada pelas questões climáticas. O Brasil pode usar sua posição estratégica na Amazônia para ganhar mais influência no cenário internacional?

A Amazônia está muito próxima do ponto de não retorno. Se esse limite for ultrapassado, até 70% da floresta pode se degradar irreversivelmente nas próximas décadas. Isso teria impactos catastróficos, liberando mais de 200 bilhões de toneladas de carbono na atmosfera e desencadeando eventos climáticos extremos em todo o mundo. Além disso, a destruição da floresta aumenta o risco de novas epidemias e pandemias. Pesquisas da Fiocruz e do Instituto Evandro Chagas identificaram 48 zoonoses na região - ou seja, vírus e bactérias que podem ser transmitidos de animais para humanos. Se o Brasil assumir a liderança na preservação da Amazônia, poderá se tornar um protagonista no combate à crise climática. Isso fortalecerá sua posição diplomática e ampliará a influência em fóruns internacionais.

A COP 30 pode ser um marco para a definição de novos mecanismos financeiros que tornem a preservação ambiental economicamente viável?

A COP 30 é a mais desafiadora das conferências climáticas, pois chegamos a um ponto em que as temperaturas globais estão subindo mais rápido do que o previsto pela ciência. Atingimos 1,75°C de aquecimento, um nível que não era registrado há mais de 200 mil anos. O Brasil deve pressionar para que a COP 30 estabeleça um novo mecanismo financeiro robusto, garantindo que a preservação ambiental seja economicamente viável e que os países emergentes recebam investimentos adequados para suas transições energéticas e de infraestrutura sustentável.

Como a oscilação entre governos ambientalistas e negacionistas afeta a credibilidade do Brasil em fóruns internacionais?

O governo anterior era super negacionista.

Negava mudanças climáticas, saúde, covid-19, vacinas e uso de máscara.

Desmontou grande parte da política ambiental e, agora, há um esforço para reconstruir essa credibilidade.

No entanto, a comunidade internacional vê com preocupação a possibilidade de retrocessos futuros. Esse problema não acontece apenas no Brasil.

Políticos populistas, de extrema-direita e extrema-esquerda, têm negado a crise climática. Donald Trump voltou ao poder e suas primeiras medidas foram retirar os EUA do Acordo de Paris e liberar novas explorações de petróleo e gás de xisto. No Brasil, governadores de estados como Acre, Rondônia e Mato Grosso defendem políticas semelhantes, flexibilizando leis ambientais para expandir a agropecuária. Se a população continuar elegendo líderes negacionistas, o mundo pode caminhar para um "suicídio ecológico", ultrapassando 2,5°C, até 2050, e 4°C, até 2100, tornando grande parte do planeta inabitável.

Lideranças indígenas terão espaço na COP 30. O senhor acha que suas reivindicações serão incorporadas às negociações?

O papel das lideranças indígenas na COP 30 será fundamental, pois nenhum grupo protegeu melhor a Amazônia do que os indígenas. Está mais do que comprovado que as terras indígenas são as áreas mais preservadas da floresta, e isso não pode ser ignorado nas negociações climáticas. Entretanto, há um risco real de que as reivindicações indígenas fiquem apenas no discurso. A verdadeira soberania sobre a Amazônia não está na destruição da floresta, mas, sim, na valorização da sua biodiversidade e no respeito aos povos indígenas.

Quais seriam as prioridades que o Brasil deveria defender na COP 30 para garantir um legado climático real?

O Brasil precisa garantir que a COP 30 seja a mais importante de todas as conferências climáticas já realizadas.

Para isso, é essencial que todos os países concordem em zerar suas emissões antes de 2050. O próprio presidente Lula já afirmou que essa meta deveria ser antecipada para 2040, e esse deve ser o principal legado da conferência.

A transição energética é um dos pilares do debate global. O que falta para o país avançar nessa agenda?

Mais de 80% da nossa eletricidade vem de fontes limpas. Isso nos coloca em uma posição privilegiada para liderar a transição energética global. O maior desafio do Brasil não está na eletricidade, mas na substituição dos combustíveis fósseis nos transportes. A tecnologia para essa transição existe. Temos carros elétricos com um custo competitivo e são muito mais econômicos a longo prazo. O Brasil tem um grande potencial para expandir o uso do etanol e do hidrogênio verde.

Diante da pressão de setores do agronegócio e da mineração, como o senhor avalia a capacidade do governo de manter compromissos climáticos?

O agronegócio e a mineração são, historicamente, os setores mais resistentes às mudanças ambientais. São os mais negacionistas. No Brasil, 75% das emissões vêm do desmatamento e da agropecuária, e grande parte das queimadas criminosas é provocada pelo avanço da agricultura e da pecuária sobre áreas florestais. O governo precisa acelerar a transição para uma agropecuária regenerativa, que é mais produtiva, mais lucrativa e mais resiliente ao clima. Além disso, é essencial combater a mineração ilegal, que contamina rios e terras indígenas com mercúrio, causando graves problemas de saúde para as populações locais.

" O Brasil está tomando medidas importantes, como acelerar a redução do desmatamento. A inconsistência no fato de defender novas explorações de combustíveis fósseis, como a prospecção na Margem Equatorial"

"A transição para um modelo de agricultura e pecuária regenerativa é fundamental, pois essas práticas são mais produtivas, mais lucrativas e mais resilientes aos eventos climáticos extremos"

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7008/20-02-2025.html?all=1>

# Golpe teria sido tragédia econômica - ALVARO GRIBEL

**ALVARO GRIBEL**

Disparada do dólar, fuga de capitais e rebaixamento imediato da nota de risco do País, que tenderia a ser classificada como "lixo" pelas principais agências. **Inflação**, recessão, alta dos juros e expulsão de blocos comerciais, como o Mercosul. Esse é apenas um pedaço da extensa lista de efeitos colaterais do que seria o dia seguinte a um golpe de Estado no Brasil. A ruptura da ordem democrática seria uma tragédia não apenas política, mas levaria ao caos econômico.

A denúncia do procurador-geral da República, Paulo Gonet, sobre uma suposta tentativa de golpe por parte do ex-presidente Jair Bolsonaro indica o quanto o País esteve à beira do precipício. A decretação do estado de sítio e a anulação das eleições de 2022 jogariam o País em uma incerteza que os modelos econômicos não teriam capacidade de avaliar. Essa falta de clareza à frente levaria a uma paralisia nos investimentos, com impacto na Bolsa e na economia real.

As maiores economias do planeta não reconheceriam o governo golpista, provocando a disparada do dólar, da **inflação** e o descontrole financeiro. O aumento do risco levaria o capital internacional a deixar o País, incluindo grandes fundos de investimento e fundos de pensão, que hoje seguem regras de compliance e que não aceitariam a ruptura democrática.

A resistência ao golpe não seria apenas externa, mas principalmente interna, com efeitos sobre a economia real e o nível de atividade. Greves gerais e protestos organizados pelas redes sociais levariam a um aumento da repressão sobre opositores do regime, com a prisão de políticos, censura e fechamento de jornais.

A intervenção no Supremo Tribunal Federal (STF) levaria à desordem jurídica e quebra de contratos.

O paralelo com o que houve com a economia após o golpe de 1964 não encontra respaldo no momento atual, já que o contexto internacional é outro. A economia brasileira, hoje, é globalizada, mais integrada às cadeias de suprimento e mais dependente dos fluxos de capitais e do comércio internacional.

O risco fiscal - ao contrário do que muitos possam imaginar - seria agravado no curto, médio e longo prazos, já que regimes autocráticos dependem do populismo econômico para se manter no poder.

Se houve tentativa de golpe ou não, caberá ao Supremo julgar, com amplo direito de defesa aos acusados. A certeza é de que a economia seria fortemente atingida, com efeitos colaterais que poderiam levar décadas para serem superados.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# FGV Ibre projeta PIB mais fraco e puxado por agro em 2025

**Por Marcelo Osakabe - De São Paulo**

Após um 2024 rodando acima de suas capacidades, a atividade no Brasil deve desacelerar em 2025. Embora o movimento abra brecha para o flerte com discussões sobre "recessão técnica", sobretudo no segundo semestre, a economia ainda deve ter bom desempenho. Em termos de composição, o **PIB** também deve se mostrar um provável repeteco de 2023, quando a agricultura liderou o crescimento.

A nova edição do Boletim Macroeconômico do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) traz a estimativa de 3,5% para o crescimento do **PIB** em 2024. Se confirmada, será o melhor desempenho desde 2021, quando o **PIB** saltou 4,8% na saída da crise da covid-19. Para 2025, a estimativa é de desaceleração para 1,8%, número que não sofreu alteração mesmo com um fim de ano mais fraco que o esperado.

"O fim do ano, sobretudo dezembro, surpreendeu para baixo. Esperávamos alta de 0,6% a 0,7% do **PIB** no quarto trimestre, na comparação trimestral, mas deve ficar mais baixo, perto de 0,5%", diz a coordenadora do boletim, Sílvia Matos.

O importante, diz ela, é olhar a composição desse crescimento e como ele se comportará daqui para a frente. Isso porque a demanda doméstica saltou 5,6% no ano passado, bem acima do desempenho do **PIB** como um todo e grande responsável pela explosão das importações (14,7%).

"Claro que houve recuperação do investimento (7,3%), que é uma coisa ótima, mas a impressão que fica é que estamos operando acima da capacidade da economia. Prova disso é a **inflação**, que está em altos níveis e espera-se que se mantenha nesses patamares ainda por um bom tempo."

Para 2025, a expectativa é que a expansão da demanda doméstica baixe para 1,6%. "Era algo desequilibrado, mas já é possível perceber, nos serviços prestados às famílias e na venda de bens duráveis que o ritmo vem caindo. O aperto da política monetária sobre o crédito e a desaceleração do impulso fiscal devem ajudar a esfriar o consumo", diz Sílvia.

Este ano também deve ser mais parecido com 2023 em termos de quais setores vão liderar o crescimento. Naquela ocasião, agricultura e indústria extrativa, os chamados de setores não cíclicos por serem mais indiferentes a questões como a taxa básica de juros, responderam por mais da metade da expansão de 2,9% do **PIB**.

Desta vez, o Ibre projeta uma alta de 7,3% para a primeira, na esteira de uma nova supersafra prevista pelo setor. No caso da indústria extrativa, a estimativa é de avanço de 5,1%, ajudada principalmente pela entrada em operação de novas plataformas de petróleo. Com isso, o setor não cíclico deve responder por 1 ponto percentual (p.p.) da alta do **PIB**, enquanto os setores cíclicos contribuirão com 0,8 p.p.

"Começamos a ver números mais baixos do consumo e também alguma desaceleração do mercado de trabalho, e isso é necessário para baixar essa **inflação**, principalmente a de serviços", lembra Sílvia. "O esfriamento da atividade é importante para evitar que esse processo inflacionário ganhe ainda mais corpo."

Um crescimento com destaque para a agricultura pode ainda dar algum alívio à **inflação** de alimentos, que tem incomodado nos últimos meses e é apontada, inclusive, como uma das causas da queda da aprovação do governo do presidente Lula. No entanto, a perspectiva é para este grupo ainda é de negativa, segundo os economistas André Braz e Matheus Dias.

Percepção dos empresários de que a demanda já está em ritmo um pouco mais baixo"

- Rodolfo Tobler

"Para março, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) sinaliza uma desaceleração na **inflação** dos alimentos. Na apuração de janeiro, os preços das carnes bovina, suína e de aves registraram queda expressiva, após vários meses de altas consecutivas. Se essa tendência se mantiver, e considerando a recente valorização do real frente ao dólar, é provável que o IPC registre uma desaceleração na **inflação** dos alimentos", escrevem. "No entanto, apesar da expectativa de uma safra 10% maior, as projeções para 2025 seguem pessimistas, reforçando a possibilidade de os preços do grupo avançarem mais

de 10%, um patamar significativamente superior aos 8,2% registrados em 2024."

Ainda que não tenham desencadeado uma revisão das projeções para 2025, a fraqueza dos dados de atividade no fim do ano chama atenção, especialmente porque os dados de confiança seguem piorando. O índice de Confiança Empresarial (ICE) do Ibre FGV caiu pela terceira vez consecutiva em janeiro, em 1,8 ponto, e a prévia de fevereiro aponta uma nova queda, de 0,5 ponto, com ajuste sazonal. Já a confiança dos consumidores (ICC) sinaliza certa estabilidade em fevereiro, após tombar 5,1 pontos em janeiro.

"No caso da confiança empresarial, chama atenção o fato de que o índice de situação atual (ISA) também começa a piorar, não apenas as expectativas. Isso sinaliza uma percepção dos empresários de que a demanda realmente já está em ritmo um pouco mais baixo", diz o economista Rodolpho Tobler, responsável pelos índices de confiança do Ibre. "Já em relação aos consumidores, não dá para comemorar essa estabilidade porque o índice está em patamar mais baixo e também porque consumidores têm relatado uma **inflação** mais alta e também esperando que ela continue alta."

A combinação de crescimento mais morno e **inflação** salgada suscita receios sobre uma recessão técnica (dois trimestres seguidos sem crescimento) ou até uma estagflação - quando existe ao mesmo tempo **inflação** alta e estagnação econômica. Silvia, no entanto, acha que é exagerado esse debate. "Recessão quando acontece todo mundo sabe. Não é por conta de 0,1 ponto porcentual ou coisa do tipo", resume. O receio, diz, está na reação do governo à emergência dessas discussões.

O receio é sempre ver o governo "apertar os botões" da economia, pisar no acelerador com medidas de impacto fiscal ou parafiscal, diz Silvia, lembrando de propostas como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês e o consignado do setor privado.

Ela pondera, por outro lado, que qualquer medida que tenha impacto fiscal, como a aprovação da isenção sem contrapartida de receitas, pode desencadear uma forte piora dos mercados financeiros, um baque na confiança dos agentes e um novo salto do dólar, elevando o esforço requerido em termos de Selic para manter uma trajetória de convergência da **inflação**.

"Remar contra essa corrente pode ser mais prejudicial para a economia que benéfico."

Independentemente da reação do governo, o ano não deve ter um resultado tão ruim não apenas pela

expectativa do impulso trazido pela agropecuária, que se espalha em outros setores como a agroindústria e os serviços de transporte, mas também por uma série de fatores que continuarão a dar sustentação à atividade, diz.

"Temos um ciclo longo de concessões em infraestrutura que deve continuar apoiando o investimento neste ano, O mercado de trabalho, embora já mostre sinais de desaceleração, continua a ver alta firme dos salários, e as transferências de renda, ainda que não cresçam como nos últimos dois anos, vão continuar sustentando o consumo das famílias."

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188122?page=2&section=1>

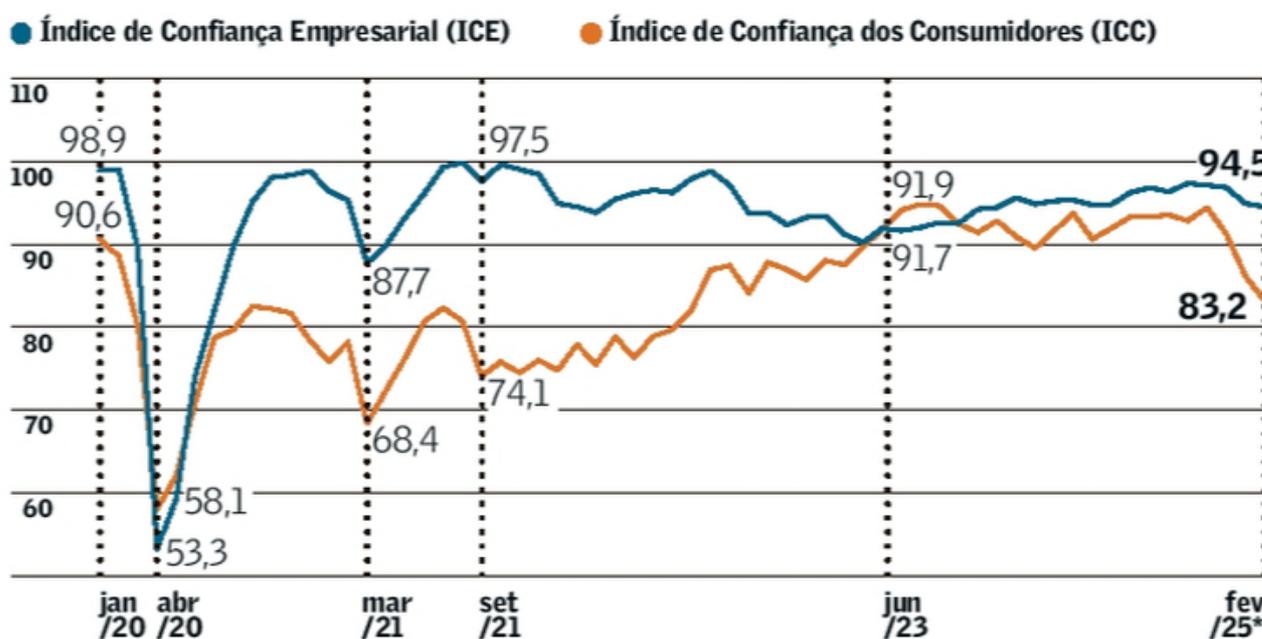
# Pé no freio

Economia desacelera, confiança afrouxa

## Projeções para o PIB

	2024		2025	
Consumo das famílias	5,1		1,3	
Consumo do Governo	2,4		1,8	
Investimento	7,3		3,1	
Exportação	3,3		3,1	
Importação	14,7		-0,7	
<b>PIB</b>	<b>3,5</b>		<b>1,8</b>	
Agropecuária	-2,6		7,3	
Indústria	3,3		2,4	
Extrativa	0,3		5,1	
Transformação	3,9		1,9	
Eletricidade e Outros	4,9		0,4	
Construção Civil	3,6		3	
Serviços	3,8		1,1	

## Índices de confiança



# Senado aprova liberação de "restos a pagar" de 2019

**Por Caetano Tonet e Gabriela Guido, Valor - Brasília**

No primeiro projeto aprovado em sua gestão, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), cumpriu a promessa de fortalecer a Casa e articulou a aprovação, por 65 votos a 1, de um projeto de lei complementar (PLP) que restabelece a execução de recursos ainda não pagos desde 2019. A proposta inclui emendas parlamentares bloqueadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e vai de encontro a um veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025.

Para demonstrar a unidade em torno do projeto, a matéria teve o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), como autor e o líder do PL na Casa, Carlos Portinho (RJ), como relator.

Antes da votação no plenário, o Valor apurou com uma liderança do PT que o Ministério da Fazenda e a equipe econômica do governo são contrários à proposta devido ao impacto no Orçamento de 2025.

Em seu parecer, Portinho propôs que os "restos a pagar" a partir de 2019 poderão ser executados até o fim de 2026, inclusive os que estavam vigentes e foram cancelados em 31 de dezembro de 2024.

Portinho adicionou uma série de restrições à execução dos recursos que, segundo ele, diminuem o impacto orçamentário da proposta, prevendo R\$ 4,6 bilhões, mas ressaltando que não tem o valor exato. No cálculo em que o relator se baseou, R\$ 2,4 bilhões são despesas discricionárias, R\$ 2,2 bilhões em emendas de relator (RP9) e R\$ 60 milhões em emendas de comissão (RP8), antigo e atual modelo do orçamento secreto.

Na direção oposta, Alcolumbre afirmou que a proposta irá recompor um total de R\$ 15,7 bilhões e detalhou as ações que serão reestabelecidas.

"Estamos cumprindo com a nossa obrigação, que é legislar, e propondo uma lei para salvar R\$ 15,7 bilhões, sendo que desses R\$ 15,7 bilhões, R\$ 6,4 bilhões é de RP1, resultado primário obrigatório do governo, R\$ 6,2 bilhões é de RP2, resultado primário de obrigação do governo discricionário. Apenas R\$ 3 bilhões, que é remanescente, que é a diferença dos R\$15,7 para os R\$12,8 de obras importantes de foram

iniciadas fruto do desejo de parlamentares e congressistas da Câmara e do Senado", declarou o presidente do Senado.

Os R\$ 3 bilhões citados por Alcolumbre englobam emendas parlamentares discricionárias. Randolfe, no entanto, disse que as contas de Alcolumbre estão equivocadas. O líder e Portinho negam que o PLP englobe emendas bloqueadas pelo ministro do STF, Flávio Dino.

Nessa linha, o líder do União Brasil no Senado, Efraim Filho (PB), disse que os dois são assuntos divergentes e que espera ver um acordo para a questão das emendas após a reunião de Alcolumbre e do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), com Dino no próximo dia 27.

Alcolumbre afirmou ainda que negociou com o governo, citando o ministro de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, para que o governo editasse um decreto prorrogando o período para a execução dos restos a pagar.

"No dia 31 de dezembro, eu aguardava que o governo fizesse a prorrogação dos Raps", disse. Na mesma data, Lula sancionou a LDO de 2025 com o veto ao artigo que prorrogava a execução dos restos a pagar até dezembro de 2025.

Técnicos ouvidos pelo Valor pontuaram que "não há como reaver empenhos cancelados" e que o restabelecimento precisará ser feito com novos recursos.

Com base no Painel de Restos a Pagar, da Secretaria do Tesouro Nacional, Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos, afirma que o impacto fiscal das mudanças poderá ser de até R\$ 21 bilhões no próximo biênio. Isso "pressionará a execução do Orçamento, que já enfrenta grandes restrições e cujos recursos concorrerão também com a execução de restos de anos anteriores".

O movimento não só "vai na direção oposta" da desejada "e passa um sinal trocado" como também dificulta ainda mais o cumprimento da meta de resultado primário para este ano, "já bastante desafiadora". A meta de resultado primário para 2025 é de déficit zero, com intervalo de tolerância de 0,25

ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**), aproximadamente R\$ 30 bilhões, para cima ou para baixo.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188122?page=2  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188122?page=2&section=1)**

# Ibovespa poderia subir 45% com virada na política, diz Santander

**Por Maria Fernanda Salinet e Bruna Furlani - De São Paulo**

Em meio à antecipação das discussões sobre a corrida eleitoral de 2026 no Brasil nas últimas semanas, o Santander buscou "estressar" as análises para projetar o efeito de uma possível alternância de poder na cotação dos ativos. Nos cálculos do banco, caso ocorra uma sinalização de alternância de poder para uma administração mais pró-negócios, o preço-alvo do Ibovespa poderia chegar a 185 mil pontos até o fim deste ano, em um cenário entre conservador e otimista.

A projeção leva em conta um juro real que poderia ir a 4,5%, ou seja, abaixo dos 7,5% atuais, além de um custo de capital que cairia de 17% para 14% e um crescimento de lucro das empresas da bolsa de 15%. A estimativa se contrapõe ao cenário-base de 145.219 pontos, ao considerar o custo de capital em 16,5% e um aumento de 10% dos lucros das empresas listadas. Já em um cenário notadamente otimista, o Ibovespa poderia atingir até os 200 mil pontos, diz o banco.

Mesmo que falte pouco menos de dois anos para as eleições presidenciais, o tema tem surgido em conversas com investidores globais que consideram alocar recursos em ações brasileiras. Em conferência realizada pelo Santander com 180 investidores internacionais em Nova York na semana passada, os estrangeiros se mostraram interessados no processo eleitoral e apontaram preferência por uma troca de governo, mas não demonstraram resistência ao nome do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), diz a chefe de pesquisa e estratégia de ações do Santander, Aline Cardoso. "Ainda não estão se posicionando para a eleição, mas estão se preparando para isso", resume.

Em comparação ao investidor local, o estrangeiro se difere pela perspectiva de tempo dos aportes. Ao passo que o primeiro observa movimentos de curto prazo, o segundo contempla um horizonte de um a três anos, explica a chefe da corretora de ações do Santander, Mariana Cahen. Assim, outubro de 2026 não está tão distante para o investidor de fora.

"Para ele, o ponto de entrada, dados todos os fatores, faz sentido pelo fato de o dólar já ter dado o "pico". Ele

está apontando o lápis para tomar a decisão de investimento", diz Cahen, que cita como a moeda americana pode ter chegado ao ápice após as eleições nos EUA. Em contrapartida, o investidor local ainda não fez alterações no portfólio pensando nas eleições, mas monitora eventuais medidas de expansão fiscal que possam tentar reverter a queda de popularidade do presidente, segundo Cardoso.

Caso uma administração comprometida com a responsabilidade fiscal não seja eleita, o Santander estima um cenário mais pessimista para a bolsa brasileira. Nas projeções da casa, o preço-alvo do Ibovespa seria de cerca de 117 mil pontos nesse caso.

Um ponto que surpreendeu as especialistas em Nova York, porém, foi a mudança de sentimento do investidor global, que melhorou desde outubro, juntamente com certa disposição para ampliar a alocação a ações brasileiras. O rali do Ibovespa em janeiro, com alta de 4,86%, pode ser explicado exatamente pela entrada desse tipo de investidor, que, pelos cálculos do banco, impulsionou a alta da bolsa no período.

O movimento mais favorável ao país foi turbinado por uma visão mais otimista com emergentes, devido a uma combinação de fatores, afirma a chefe de pesquisa e estratégia de ações. O presidente dos EUA, Donald Trump, não concretizou os discursos mais agressivos de imposição de tarifas a todos os países, e o "Trump trade", que previa a disparada contínua do dólar, não se cumpriu. Além disso, o fenômeno DeepSeek, que afetou a hegemonia das gigantes de tecnologia americana na inteligência artificial (IA) generativa, causou migração de recursos para fora dos EUA.

"Esse rali de Brasil, até agora, foi 70% global e 30% local. E não foi só aqui. Quando olhamos para os índices europeus, os emergentes estão subindo, porque parece que teve um pouco de rotação de dinheiro. Esse foi o grande "driver" [condutor]", diz Cardoso. A postura mais contida do líder republicano também afastou temores de uma guerra comercial, o que representa uma mudança de narrativa em relação ao que se tinha em dezembro, e é um grande gatilho para esse rali continuar, completa.

Cahen ressalta como o momento atual torna o

"valuation" (avaliação de valor) descontado das ações ainda mais atraentes para o não residente. "Todo mundo quer o bom e barato. No final das contas, eles [investidores] entram numa taxa de câmbio e têm o retorno do investimento em reais. Essa mudança do que se esperava e o que tem sido o governo Trump faz diferença do potencial retorno nesse horizonte. Barato estava, mas isso faz diferença na vontade de apertar o botão."

Em relação às escolhas das ações, a dupla diz que o estrangeiro tende a priorizar empresas de qualidade e alta liquidez, como WEG, Itaú, Nubank e Embraer, por exemplo, mesmo que o múltiplo seja elevado, como é o caso da companhia catarinense de equipamentos eletrônicos, que negocia mais de 30 vezes o preço sobre seu lucro.

A alocação em ações continua muito baixa, inclusive do investidor global, tanto na América Latina como no Brasil, por isso qualquer movimento mais robusto de aportes desencadeará um rali na bolsa, dizem as especialistas. Para isso, um dos gatilhos mencionados é o momento de inflexão dos juros e da **inflação** locais. "Acho que quando eles tiverem a visibilidade de quando o Banco Central parou de subir juros, talvez seja o momento em que esse tipo de investidor vai entrar", diz Cardoso.

Nesse ambiente de juros altos, a corretora ajustou o portfólio na virada de janeiro para fevereiro e reduziu ações cíclicas domésticas para diminuir o "beta" da carteira. Assim, ampliou a posição em Suzano e RD Saúde. "Teve esse rali muito forte em janeiro, por conta do global, mas também porque o Congresso estava em recesso, sem notícias no Brasil. Nossa visão é que nos próximos meses vai ter um aumento de ruído no fiscal. Também acho que Trump deve implementar tarifas", diz Cardoso. Setores de energia, utilities e financeiro também são algumas das preferências.

Ainda como parte da estratégia da corretora, o banco expandiu sua operação nos EUA em 2024, por meio da criação de uma plataforma de banco de investimentos. Assim, houve uma integração do negócio, com a contratação de mais de 300 profissionais seniores.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188122?page=2&section=1>**

# Fed aguarda mais progresso da inflação , mostra ata

O Federal Reserve (Fed, o banco central americano) quer ver maior progresso na **inflação** antes de realizar novos cortes na taxa de juros, especialmente com as incertezas no cenário econômico, segundo a ata da decisão de janeiro do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc), divulgada nesta quarta-feira. Na visão do colegiado, a **inflação** permanece um pouco elevada e os recentes indicadores sugerem que a atividade econômica continua se expandindo a um ritmo forte.

Os possíveis efeitos de mudanças na política comercial e de imigração nos EUA foram citados como fatores que podem dificultar o processo de desinflação, bem como a forte demanda do consumidor. "A maioria dos participantes observou que o alto grau de incerteza atual tornava apropriado que o Comitê adotasse uma abordagem cautelosa ao considerar ajustes adicionais na postura da política monetária", diz o documento.

O posicionamento da ata vem em linha com comentários recentes de dirigentes da autoridade monetária, incluindo o presidente do Fed, Jerome Powell, que disse na semana passada, em sabatina no Senado, que não havia pressa para ajustar a política monetária. "Com nossa postura monetária agora significativamente menos restritiva do que antes e com a economia permanecendo forte, não há necessidade de ter pressa para ajustes na nossa política", afirmou ele, na ocasião.

Na ata, os dirigentes citaram o alívio no crescimento nominal dos salários, expectativas de **inflação** de longo prazo bem ancoradas e a postura ainda restritiva da política monetária como fatores que provavelmente irão exercer uma pressão contínua de baixa sobre a **inflação**, embora parte dos membros tenha observado que o atual patamar dos juros pode não estar muito acima do nível neutro.

Alguns participantes do comitê veem o mercado de trabalho "mais ou menos em equilíbrio" e consideram que isso não seria uma fonte de pressão inflacionária em um futuro próximo.

Segundo a o documento, a maioria dos dirigentes notou que as leituras de **inflação** em novembro e dezembro mostraram progresso significativo em direção à meta. Mas muitos participantes enfatizaram

que "seriam necessárias mais evidências de uma contínua desinflação para apoiar a visão de que a **inflação** estava retornando de forma sustentável à meta de 2%".

Um ponto que chamou a atenção do mercado foi a profundidade da discussão do balanço patrimonial do Fed. Segundo a ata, os membros do comitê discutiram em janeiro diminuir ou pausar a redução do balanço, dependendo da resolução do limite da dívida. "Em relação ao potencial de oscilações significativas nas reservas nos próximos meses relacionadas à dinâmica do teto da dívida, vários dirigentes observaram que pode ser apropriado considerar pausar ou desacelerar a redução do balanço até resolução deste evento", diz o documento.

Sobre a composição das compras de Treasuries no mercado secundário após a conclusão do processo de redução do balanço, muitos dirigentes afirmaram que seria apropriado "estruturar as compras de uma forma que movesse a composição de vencimento do portfólio para mais perto da quantidade de Treasuries em circulação, ao mesmo tempo em que se minimiza o risco de interrupções no mercado".

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188122?page=2&section=1>

# Denúncia contra Bolsonaro adia reforma ministerial de Lula

A denúncia da PGR contra Jair Bolsonaro vai adiar as mudanças da **reforma ministerial** de Lula . A avaliação de aliados do presidente é de que o petista vai esperar o noticiário da denúncia esfriar antes de fazer qualquer modificação em seu time na Esplanada. A denúncia serve como uma espécie de pretexto para Lula, que costuma ter dificuldade para resolver mexidas em seu governo - é assim desde o seu primeiro mandato.

Hoje, em pronunciamento ao lado do primeiro-ministro de Portugal, Luís Montenegro, Lula disse estar contente com o desempenho da sua equipe e que eventuais mudanças no governo são íntimas dele. O presidente afirmou ainda que muda quando quiser e quem quiser .

A denúncia da PGR contra Jair Bolsonaro e seus aliados por tentativa de golpe lidera os assuntos mais comentados nas redes sociais desde ontem à noite, conforme mostram dados inéditos da Nexus - Pesquisa e Inteligência de Dados.

Ao todo, o episódio soma 355 mil mensagens publicadas no X (antigo Twitter), tendo mobilizado 95 mil usuários. Dos cinco tópicos que mais agregaram publicações no período, quatro estão conectados a Bolsonaro: o líder é "Grande Dia", uma ironia com um dos jargões do próprio Bolsonaro. Depois, vêm as hashtags "Bolsonaro na Cadeia", "Vai Ser Preso" e "Bolsonaro Preso".

**Site:** <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2025/02/denuncia-contrabolsonaro-adiareforma-ministerial-de-lula.ghtml>

# IA: eficiência e agilidade - VISÃO DO DIREITO

**Gustavo Viseu**

Gustavo Viseu, Sócio-fundador e CEO do Viseu Advogados, com mais de 30 anos de carreira nas áreas de contencioso cível e consumido

A Inteligência Artificial chegou à administração pública e está impactando tribunais e outros órgãos, resultando em maior eficiência, agilidade e assertividade na tomada de decisões e na condução de processos.

Em janeiro, o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** implementou IA para agilizar a tramitação de processos.

Agora, outras cortes seguem a mesma tendência. Os Tribunais Regionais do Trabalho das 5ª e 18ª regiões anunciaram os robôs Ágata e recurso de revista para otimizar julgamentos.

Enquanto o Ágata encaminha automaticamente recursos ao TST - Tribunal Superior do Trabalho, o recurso de revista gerencia os recursos de revista no PJe. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho também lançou o Chat-JT, um chatbot que consulta bases jurídicas, analisa documentos e até auxilia na criação de assistentes para atividades administrativas e jurídicas. No entanto, a inovação vem acompanhada de responsabilidade.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está elaborando diretrizes para o desenvolvimento e monitoramento da IA no Judiciário. O documento, que pode ser votado ainda em fevereiro, estabelece que as ferramentas devem ser transparentes e monitoráveis, garantindo que a palavra final sempre caberá aos profissionais humanos.

Além disso, a regulamentação impõe limites para evitar riscos discriminatórios e o chamado racismo algorítmico. Entre as restrições, está a proibição do uso da IA para criar rankings de indivíduos com base em comportamento, histórico criminal ou características físicas.

O avanço da IA na Justiça é uma realidade.

A questão, agora, não é se a advocacia será impactada, mas como nos posicionaremos diante

dessa transformação.

**Site:**

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/7008/20-02-2025.html?all=1>

# CID: BOLSONARO RECEBEU US\$ 78 MIL DE VENDA DE JOIAS

Brasília - Após a apresentação da denúncia da Procuradoria-Geral da República ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e outras 33 pessoas, o ministro Alexandre de Moraes, relator do processo na corte, quebrou o sigilo da colaboração premiada do tenente-coronel Mauro Cid fechada com a Polícia Federal. A divulgação dos detalhes da delação complica a situação do ex-chefe do Executivo federal, acusado pelo procurador-geral da República de cometer os crimes de golpe de Estado, abolição do Estado democrático de direito e organização criminosa.

O acordo do ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro foi um dos principais elementos para o avanço da investigação da Polícia Federal sobre a trama golpista envolvendo o capitão reformado do Exército e aliados no fim de 2022. E fundamental para a denúncia feita na noite de terça-feira pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet.

A delação de Mauro Cid indica que ele e o pai, o general Lourena Cid, repassaram US\$ 78 mil (R\$ 445 mil na cotação atual) a Jair Bolsonaro entre 2022 e 2023, após a venda de joias dadas de presentes a Bolsonaro como presidente da República.

Os quatro repasses foram feitos de forma direta e indireta. Um de US\$ 18 mil (R\$ 103 mil) por Mauro Cid no Brasil, em junho de 2022; US\$ 30 mil (R\$ 171 mil) por Lourena Cid em Nova York, em setembro de 2022; US\$ 10 mil (R\$ 57 mil) por Lourena Cid no Brasil, no fim de 2022; US\$ 20 mil (R\$ 114 mil) por Lourena Cid em Miami, em fevereiro de 2023.

Os valores repassados foram obtidos com as vendas de joias recebidas pelo então presidente nos Estados Unidos, conforme a delação. No primeiro caso, Cid viajou aos EUA para negociar parte das joias e retirar do valor final (US\$ 18 mil) os gastos com passagens e aluguel de um automóvel.

Os US\$ 30 mil e os US\$ 10 mil repassados por Lourena Cid para Bolsonaro foram entregues para o ajudante de ordens, que os destinou ao então presidente, indica o documento. Já os US\$ 20 mil foram entregues por Lourena Cid "em mãos" a Osmar Crive-latti, assessor que acompanhava Bolsonaro na viagem aos Estados Unidos, entre o fim de 2022 e início de 2023.

Bolsonaro foi indiciado com outras 11 pessoas em julho de 2024 no inquérito das joias, que tramita no Supremo Tribunal Federal. O ex-presidente é suspeito de ter cometido os crimes de peculato, lavagem de dinheiro e associação criminosa. Bolsonaro sempre negou os crimes.

Os primeiros indícios envolvendo o caso das joias surgiram em março de 2023. Um kit de joias dado pela Arábia Saudita ao governo Bolsonaro ficou retido no aeroporto de Guarulhos, pela **Receita Federal**, desde o fim de 2021. Os itens foram encontrados, em 26 de outubro daquele ano, na mochila do militar Marcos André dos Santos Soeiro, que assessorava o então ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque

As joias de luxo, avaliadas em R\$ 5,1 milhões, foram apreendidas porque o governo não as declarou como um presente de estado. E nem pagou os **impostos** devidos para que os itens pudessem entrar no país como item pessoal. Em março de 2023, a PF abriu um inquérito para investigar o caso. Em abril seguinte, Bolsonaro prestou depoimento à PF sobre o caso. Ele negou irregularidades. Alegou que soube das joias um ano depois da apreensão, mas que não se lembrava quem o avisou sobre a existência dos itens.

Além de Jair Bolsonaro, foram indiciadas outras 11 pessoas, todas por associação criminosa, sete por peculato, nove por lavagem de dinheiro e uma (o ex-chefe da Receita Julio Cesar Vieira Gomes), por advocacia administrativa tentativa de golpe

Nos vários depoimentos da delação, Mauro Cid também afirmou não ter participado de "nenhum planejamento detalhado" de tentativa de golpe. "Eu não participei de nenhum planejamento detalhado, de nenhuma ação; meu mundo era o mundo do presidente; eu não estou mentindo, não estou omitindo. O meu mundo era o presidente, o meu mundo de ação era o presidente; eu estou falando a verdade aqui", declarou.

Ele também deu mais detalhes sobre o pedido feito por Jair Bolsonaro para que Alexandre de Moraes fosse monitorado. À época, o magistrado era presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Segundo Cid, Bolsonaro havia recebido informação de que o general Hamilton Mourão, então vice-presidente,

estaria se encontrando reser-vadamente com Moraes em São Paulo. E que esse foi um dos motivos que levaram o ex-presidente a pedir o monitoramento do magistrado, que queria verificar se essa informação de reuniões de Mourão com Moraes era "verdadeira ou não".

"O obj etivo era verificar se o general Mourão estaria em São Paulo, nas mesmas datas em que o ministro Alexandre de Moraes também estivesse na cidade", declarou.

**Site:**

**<https://files.digital.em.com.br/flip/1/7644/264450/original.pdf>**

# Consignado privado vai sair sem teto para taxa de juros

**ALVARO GRIBEL**

Os bancos já chegaram a um acordo com o governo para destravar o novo modelo de crédito consignado no setor privado. Os quatro pedidos expostos pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), como mostrou o Estadão, foram considerados razoáveis pelo Ministério do Trabalho e aceitos pela equipe econômica, segundo interlocutores a par das conversas.

Hoje, o consignado público, para servidores e pensionistas do **INSS**, tem um teto de juros de 1,8% ao mês. A pedido dos bancos, o consignado privado não terá teto - e, por isso, não será necessário ter garantia do FGTS. A regra atual permanece como está, com a possibilidade de usar 10% do saldo para cobrir dívidas em caso de desligamento do empregado.

A grande dúvida é qual será a taxa de juros do novo consignado. A certeza é de que ela será maior do que o 1,8% do consignado público, já que o empréstimo privado representaria um risco mais elevado para os bancos - mas também será menor do que a média de 2,89% ao mês do consignado privado atual, e muito menor que os 6,09% do crédito pessoal sem garantias.

O que vai definir os juros serão os leilões e a competição entre os bancos, além do contexto econômico do País, como a situação do mercado de trabalho, a taxa de **inflação** e os juros básicos definidos pelo Banco Central. Tudo isso irá aumentar ou diminuir o apetite dos bancos por esses novos contratos.

**MEDIDA PROVISÓRIA.** O governo quer acelerar a medida, já que aposta nessa agenda para tentar reverter a queda de popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Outras duas apostas nessa frente são a isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil, mas que só valerá para o ano que vem, e a reformulação do Auxílio Gás, para distribuir botijões gratuitamente para famílias de baixa renda.

A expectativa é de que o projeto do consignado privado seja encaminhado ao Congresso via medida provisória em meados de março, com mudança

imediate das regras, e seja operado pela plataforma do e-Social - sistema eletrônico do governo que reúne informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais de empregadores e empregados.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chegou a afirmar que a proposta poderia ser enviada ao Legislativo antes do carnaval. Procurada, a pasta afirmou que o novo modelo ainda está em fase de elaboração interna e que, portanto, não iria comentar. O Ministério do Trabalho também não se manifestou.

A possibilidade de os clientes utilizarem os próprios aplicativos dos bancos para conseguir acesso ao novo consignado, um dos pleitos da Febraban, deve levar um pouco mais de tempo - cerca de 30 a 45 dias.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>